

ECONOMIA, SOCIEDADE E FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE AS CONFIGURAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS DO BRASIL COLONIAL

**ECONOMY, SOCIETY AND THE FORMATION OF BRAZILIAN PORTUGUESE:
ELEMENTS FOR A DISCUSSION ON THE SOCIOLINGUISTIC
CONFIGURATIONS OF COLONIAL BRAZIL**

Ana Sartori | [Lattes](#) | anasartorii@hotmail.com

Universidade Federal da Bahia

Tânia Lobo | [Lattes](#) | tanlobo@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Pedro Daniel dos Santos Souza | [Lattes](#) | pdan.uneb@gmail.com

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: A análise das fontes inquisitoriais legadas pelas duas primeiras visitas do Santo Ofício à América Portuguesa (Lobo; Sartori, 2020; Lobo; Sartori; Mota, 2016; Siqueira, 1978) não sustenta a interpretação da estratificação socioeconômica do Brasil colonial em termos dicotômicos – “casa-grande” *versus* “senzala” (Freyre, [1933] 2002) –, o que tem implicações na interpretação da formação do PB e na compreensão da atual configuração sociolinguística do país. Ressalte-se ainda outro aspecto pouco problematizado: a necessidade de compreender as interações linguísticas no seio das diversas configurações da família colonial. Perspectivada diacronicamente, a dita polarização sociolinguística do PB (Lucchesi, 1994, 2015), tão clara quando contrastadas a elite socioeconômica e a população escravizada, torna-se uma emaranhada teia, se postas em análise nuances que a realidade linguística e cultural no âmbito social e doméstico abrigava. A partir de Pagotto (2018), propõe-se aprofundar a reflexão sobre o que interpretações engendradas a partir da década de 1970 sobre a economia e a sociedade coloniais desvelam sobre a história do PB, destacando-se os seguintes pontos: o fato de a economia colonial não poder ser apreendida exclusivamente pela visão reducionista dos “ciclos”, não se ter limitado ao modelo agro-minério-exportador, não guardar muitas semelhanças com a economia de regiões como o Caribe e o Sul dos Estados Unidos da América e, finalmente, a relevância do papel exercido pelo mercado interno, mais visível quando se consideram a conquista e a colonização dos sertões (Santos, 2010).

Palavras-chave: *Continuum* de normas X polarização sociolinguística; Português colonial; Configuração da estrutura econômica, social e familiar do Brasil Colônia.

Abstract: The analysis of the inquisitorial sources bequeathed by the first two visitations of the Holy Office to Portuguese America (Lobo; Sartori, 2020; Lobo; Sartori; Mota, 2016; Siqueira, 1978) does not support the perspective of interpretation of the socioeconomic stratification of colonial Brazil in dichotomous terms –“casa-grande” *versus* “senzala” (Freyre, [1933] 2002) –, which has implications for the interpretation of the process of formation of BP and for understanding the current sociolinguistic configuration of the country. In addition to this point, another aspect that is rarely discussed is highlighted: the need to understand linguistic interactions within the different configuration patterns of the colonial family. The so-called sociolinguistic polarization (Lucchesi, 1994, 2015) of BP, so clear when contrasting the socioeconomic elite with the enslaved population, becomes a tangled web, if nuances that linguistic and cultural reality are put into analysis in the social and domestic sphere it sheltered. Based on Pagotto (2018), we propose to deepen the reflection on what interpretations engendered from the 1970s on the colonial economy and society reveal about the history of BP, highlighting the following points: the fact that the colonial economy cannot be understood through the reductionist vision of “cycles”; the fact that it was not limited to the agro-mineral-export model; the fact that it does not bear many similarities to the economy of regions such as the Caribbean and the South of the United States of America and, finally, the relevance of the role played by the internal market, more visible when considering the conquest and the colonization of the backlands (Santos, 2010).

Keywords: *Continuum* of norms X sociolinguistic polarization; Colonial Portuguese; Configuration of the economic, social and family structure of Colonial Brazil.

1. Introdução

A coleção *História do português brasileiro* – integrada por 12 volumes publicados entre 2018 e 2022¹ e cuja coordenação geral foi levada a cabo por Ataliba Teixeira de Castilho, especialmente homenageado neste número temático da *Working Papers em*

¹ Vol. 1: Ataliba T. de Castilho (2018). *O português brasileiro em seu contexto histórico*; Vol. 2: Ataliba T. de Castilho (2019). *Corpus diacrônico do português brasileiro*; Vol. 3: Dermeval da Hora, Elisa Battisti e Valéria de Oliveira Monaretto (2019). *Mudança fônica do português brasileiro*; Vol. 4: Célia Regina Lopes (2018). *Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*; Vol. 5: Ataliba T. de Castilho (2019). *Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista*; Vol. 6 (2018): Sônia Cyrino e Maria Aparecida Torres Moraes. *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*; Vol. 7: Maria Lúcia C.V.O. Andrade e Valéria Severina Gomes (2018). *Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*; Vol. 8: Rodolfo Ilari e Renato Basso (2020). *História semântica do português brasileiro*; Vol. 9: Dinah Callou e Tânia Lobo (2020). *Da história social à história linguística*; Vol. 10: Jânia M. Ramos e Marilza de Oliveira (2021). *Dialetação e povoamento: da história linguística à história social*; Vol. 11: Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (2022). *Diacronia dos processos de construção de textos*. Vol. 12: Vanderci Aguilera e Fabiane Cristina Altino. *Léxico histórico do português brasileiro*. Enquanto os onze primeiros volumes foram publicados em formato impresso, o de número 12 virá à luz no formato eletrônico.

Linguística – consolida os resultados de pesquisa daquela que se pode considerar a primeira e longa fase do projeto nacional *Para a história do português brasileiro* (PHPB), fundado, também por iniciativa de Ataliba Teixeira de Castilho, no ano de 1997.

Aproximando-se já de quase três décadas de existência, é o PHPB um projeto de importância fundamental na Linguística brasileira, como também o foi outro projeto de âmbito nacional proposto dez anos antes, em 1987, também por Ataliba Teixeira de Castilho, o da *Gramática do português falado*, o qual, tendo procedido a uma análise de caráter global do *corpus* de língua falada constituído no âmbito do projeto de estudo da *Norma linguística urbana culta* (NURC), nos legou a coleção *Gramática do português culto falado no Brasil*, conferindo, assim, ao português brasileiro o estatuto de ser a primeira língua românica a ter a sua variedade linguística socialmente mais prestigiada amplamente descrita.

Uma análise de caráter preliminar da extensa produção bibliográfica gerada pelo PHPB ressalta, ao menos, três aspectos que demandam a nossa atenção, tendo em vista o planeamento da sua história futura:

1º) A notável dissociação entre a pesquisa produzida no âmbito do PHPB e o ensino de história do português brasileiro nos cursos de graduação do país. Nem em seus textos fundadores, nem nos textos apresentados e discutidos nos Seminários já realizados, nem ainda na grande coleção *História do português brasileiro*, a questão da relação entre pesquisa e ensino de Graduação foi problematizada. Analisando as grades curriculares, as ementas e os componentes curriculares dos cursos de Letras de 17 universidades públicas (das esferas federal e estadual), com equipas de pesquisadores vinculados ao PHPB, Lobo, Sartori e Souza (2021) observaram que apenas 04 delas possuíam um componente curricular específico para tratar da história do português brasileiro, com diferentes graus de aprofundamento das questões relativas à história social da língua e à mudança lexical ou gramatical. Na esmagadora maioria dos casos, o que se prioriza é a história da formação da língua no espaço europeu, do latim ao português arcaico, apresentando-se apenas alguns tópicos sobre o português do ou no Brasil.

2º) A concentração das pesquisas fundamentalmente no século XIX, avançando, a partir daí, para o século XX, sem ainda ter havido o necessário e aprofundado recuo à história linguística do Brasil e à história da língua portuguesa no e do Brasil nos três séculos de conquista e colonização da chamada América portuguesa. A abordagem do período colonial nos remete à consideração de uma separação necessária, mas geralmente pouco feita, entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, as duas colônias

portuguesas na América, que se distinguiram tanto do ponto de vista político-administrativo e socioeconômico, como também tiveram histórias linguísticas diferenciadas (cf. Bessa Freire, 2004). Considerando não só as dimensões continentais do atual território brasileiro, mas até mesmo de cada uma das duas colônias separadamente, reafirmamos a necessidade de que, para a produção de sínteses em perspectiva macroscópica, haja investimento em investigação de histórias linguísticas regionais e de micro-histórias linguísticas. Foi, assim, com este objetivo, correlacionado à projeção de uma segunda fase de pesquisas do PHPB², que se elaborou o projeto *História do português brasileiro colonial* (2024), o qual tratará,

[...] sobretudo, mas não exclusivamente, do Estado do Brasil e, de forma mais verticalizada, das Capitanias da Bahia, de Ilhéus e de Porto Seguro, espaços reestruturados na segunda metade do século XVIII e cuja área corresponde aproximadamente ao que passou a ser a Província da Bahia e, por fim, o Estado da Bahia (p. 01)

3º) Por fim, chama também a atenção a quase ausência de debate quer sobre as hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro – *grosso modo* referidas como a *hipótese da deriva* (Naro; Scherre, 1993, 2007) e a(s) *hipótese(s) do contato*³-, quer sobre as propostas de caracterização sociolinguística do português brasileiro contemporâneo – a proposta dos *continua de normas* (Bortoni-Ricardo, [1998] 2002) e a da *polarização sociolinguística* (Lucchesi, 1994, 2015) – e sobre como cada uma das duas referidas propostas dialogaria com o passado sócio-histórico-linguístico do Brasil.

Neste texto, com o objetivo de contribuir para uma história social do português colonial e partindo do presente em direção ao passado, discutiremos, inicialmente, na seção 2, as duas propostas de caracterização sociolinguística do português brasileiro contemporâneo – o *continuum* de normas *versus* a polarização sociolinguística –, demonstrando, com a reinterpretação de conclusões referentes à análise da avaliação social sobre a variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural, ser a proposta dos *continua* de normas a mais adequada. Nas seções seguintes, buscaremos compreender o encaixamento

² O projeto *História do português brasileiro colonial*, cuja vigência se estende de 01.01.2024 a 31.12.2029, está sendo desenvolvido por 17 docentes pesquisadores vinculados à UFBA, UEFS, UNEB, UnB e UNIT.

³ A questão do contato na história linguística brasileira tem sido objeto de diversas interpretações, dentre as quais se podem mencionar a hipótese da crioulação prévia (Guy, 1989) e a da transmissão linguística irregular (Baxter; Lucchesi, 1997 e Lucchesi, 2008). Assumido o contato como central, investiga-se se as mudanças mais significativas na gramática do PB teriam sido desencadeadas pela ação de “princípios gerais” que regeriam os processos de aquisição de L2 e produziriam inovações gramaticais que são passadas para variedades L1 ou se teriam decorrido da transferência de propriedades gramaticais de línguas africanas para as novas variedades do português (Álvarez-López; Gonçalves; Avelar, 2018).

histórico desse *continuum* de normas: na terceira, confrontaremos modelos explicativos distintos sobre a formação da economia colonial, destacando que o processo de conquista e colonização do sertão da Bahia, diferentemente do que ocorreu no Recôncavo, ativou principalmente um mercado interno, ancorado na atividade pecuária e na economia de subsistência; na quarta, refletiremos sobre a configuração social do Brasil colonial, com foco no Nordeste, relacionando estratificação social, mestiçagem e estrutura familiar à complexa configuração linguística do período.

2. *Continuum* de normas versus polarização sociolinguística

Três macro-parâmetros sócio-históricos devem ser tidos em conta em quaisquer proposições que visem à caracterização sociolinguística do português brasileiro contemporâneo. Partindo do fato incontornável de que o português brasileiro emergiu em contexto multilíngue, sendo, portanto, o contato linguístico elemento *constitutivo* da sua formação, o primeiro parâmetro é o que diz respeito às “sucessivas distribuições demográfico-linguísticas” (Houaiss, [1985] 1992), que levaram a que o multilinguismo generalizado do passado fosse cedendo lugar ao multilinguismo localizado do presente (Mattos e Silva, 1993), processo em cujo âmbito o português brasileiro não só se vai constituindo, como também se tornando língua hegemônica. O segundo parâmetro diz respeito ao crescimento populacional associado às migrações internas, à urbanização e à industrialização, opondo o Brasil colonial e imperial eminentemente rural-agrário ao Brasil eminentemente urbano-industrial da segunda metade do século XX. Por fim, o processo de difusão social da leitura e da escrita e o processo de escolarização associados ambos ao processo de standardização da língua, opondo um Brasil colonial e imperial marcado por altos índices de analfabetismo a um Brasil crescentemente industrializado e com índices também crescentes de escolarização-letramento.

Ao estudar o nascimento do dialeto de Brazlândia, cidade-satélite de Brasília, tornada, em 1960, a nova capital do Brasil, Bortoni-Ricardo ([1985] 2011) pôs em evidência o segundo dos três parâmetros referidos, afirmando que o aspecto fundamental para a compreensão do português brasileiro contemporâneo seria o estudo da transformação das variedades linguísticas rurais, segundo ela, caracterizadas por surpreendente alto grau de uniformidade, em variedades urbanas não padrão, por ela designadas de variedades *rurbanas*, as quais, no *continuum* dialetal, estariam adjacentes às variedades rurais isoladas e altamente estigmatizadas, e seriam faladas não só nas cidades, por indivíduos não alfabetizados ou semialfabetizados de classes mais baixas e, em sua maioria, com antecedentes rurais, mas também nas áreas rurais cujos falantes se encontrassem sob a influência tecnológica e modernizadora emanada das cidades. Propôs Bortoni-Ricardo ([1998] 2002) um modelo constituído por três *continua*, em que, para além do já mencionado *continuum*

rural-urbano, destinado à análise dos atributos sociológicos do falante (variedades rurais isoladas – variedades rurbanas – variedades urbanas padronizadas), haveria o *continuum* oralidade-letramento, referente à análise das práticas sociais letradas em que o indivíduo toma parte (eventos de oralidade – eventos de letramento), e o *continuum* de monitoração estilística, atinente à análise dos processos psicológicos de planejamento e atenção no momento da enunciação (- monitoração – + monitoração).

É Lucchesi (2015) quem vai aprofundar a análise do *continuum* rural-urbano. Além de aprofundá-la, refina-a, ao considerar, em toda a sua reflexão, o primeiro macro-parâmetro sócio-histórico acima referido – o contato linguístico em contexto colonial e imperial escravagista – como um aspecto fundante da história social linguística brasileira. Contudo, a despeito de manter a posição de defesa da tese da polarização sociolinguística do Brasil, cuja primeira formulação data de 1994, a sua proposta de estratificação sociolinguística do Brasil contemporâneo, calcada na análise da variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural (fenômeno considerado o “cerne” da polarização), vem, paradoxalmente, corroborar – quer no plano empírico, quer no plano das hipóteses que formula – a tese dos *continua* de normas.

Passamos, a seguir, à apresentação dos resultados da referida análise de Lucchesi (2015), feita a partir da observação controlada de três aspectos dos padrões coletivos de comportamento linguístico: (i) a frequência de uso das variantes linguísticas; (ii) a avaliação social das variantes linguísticas e (iii) as tendências dos processos de variação e mudança⁴.

Relativamente à frequência de uso das variantes linguísticas, os estudos são abundantes, não havendo carência de dados empíricos. Assim, na Tabela 1, abaixo, podemos ver a compilação feita por Lucchesi (2015) dos resultados de estudos⁵ sobre a variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural:

⁴ Neste texto, apenas serão abordados os dois primeiros aspectos.

⁵ **Português urbano culto:** Diva Graciosa (1991). *Concordância verbal na fala culta carioca*: 18 entrevistas do tipo DID do acervo do Projeto NURC-RJ; **português urbano médio:** Marta Scherre e Anthony Naro (1997). A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente: amostra com base no *corpus* do PEUL, Isabel Monguilhott (2001). *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*: amostra com base no *corpus* do VARSUL de Florianópolis; **português popular urbano:** Anthony Naro (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change; Gregory Guy (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*; amostra com base no *corpus* do Projeto Competências, com 20 falantes adultos, alunos do MOBREAL; **português rurbano:** Stella-Maris Bortoni-Ricardo ([1985] 2011). *Do campo para a cidade*: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais: amostra de 33 entrevistas com migrantes rurais de uma cidade-satélite de Brasília, com pouca ou nenhuma escolaridade; **português popular rurbano:** Sílvia Vieira (1995). A não concordância em dialetos populares: uma regra variável: amostra com base no *corpus* do acervo do Projeto APERJ (*Atlas Etnolinguístico do Estado do Rio de Janeiro*), com 72 inquéritos com informantes homens, pescadores, com pouca ou nenhuma escolaridade; **português popular rural:** amostra do português popular no município de Santo Antônio de Jesus, na zona do Recôncavo Baiano, com 24 falantes dos dois sexos, de pouca ou nenhuma escolaridade, sendo 12 moradores da sede do município e 12 da zona rural, distribuídos em três faixas etárias. Remete-se a Lucchesi (2015) para as referências completas.

Tabela 1: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal em diversas variedades do português brasileiro

Variedade do português do Brasil	Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal
Português urbano culto (RJ)	94%
Português urbano médio (RJ e SC)	73% (RJ) e 79% (SC)
Português popular urbano (RJ)	48%
Português popular rurbano (RJ)	38%
Português popular rurbano (Brasília)	35%
Português popular rurbano (BA)	25%
Português popular rural (BA)	17%

Fonte: Lucchesi (2015, p. 251).

Observando, quanto aos resultados referentes ao Rio de Janeiro, uma diferença de aproximadamente 20 pontos percentuais entre os falantes com nível de escolaridade superior completo, os com escolaridade de 1 a 11 anos e os analfabetos ou semialfabetizados, aponta Lucchesi para o estabelecimento de três normas distintas – a *norma urbana culta*, a *norma urbana média* e a *norma popular urbana*. Tal proposta não só é corroborada, mas avança, quando desmembra os falantes que representariam o português urbano médio do Rio de Janeiro, com escolaridade de 1 a 11 anos, em três grupos distintos e observa 63% de frequência de aplicação da regra para os que têm entre 1 e 4 anos de escolaridade, 78% para os que têm entre 5 e 9 anos de escolaridade e, finalmente, 81% para falantes com 9 a 11 anos de escolaridade. Propõe, então, que os falantes com 63% de aplicação da regra representariam uma *norma urbana média baixa*, enquanto os falantes dos outros dois grupos – com percentuais muito próximos (78% e 81%) – representariam a *norma urbana média*.

Conforme suas próprias palavras, “prossequindo no *continuum* sociolinguístico” (p. 252), divisa ainda o autor a *norma popular rurbana* e a *norma popular rural*. No que tange à *norma popular rurbana* – com frequências de aplicação da regra que opõem, por um lado, os 25% relativos à Bahia e, por outro, os 35% e 38%, correspondentes, respectivamente, a uma cidade satélite de Brasília e ao Rio de Janeiro, propõe considerar a frequência de 35% como valor de referência. Por fim, para a *norma popular rural*, o valor de referência assumido é a frequência de 20% de aplicação da regra de concordância, fundamentando-se nos 17% atestados em área rural da Bahia. Na conclusão da análise sobre a frequência de uso, faz um leve ajuste nos percentuais entre as normas linguísticas, fixando um intervalo constante de 15% entre elas, o que torna ainda mais evidente a gradualidade do contínuo (cf. Tabela 2, abaixo).

Se dados empíricos sistemáticos e representativos não constituíram nenhum óbice à análise da frequência de uso das variantes linguísticas, o mesmo já não se pode afirmar quanto à análise da avaliação subjetiva, restando, portanto, ao autor a formulação de uma hipótese, que, todavia, carece ainda de comprovação. Na Tabela 2, apresentamos os dados referentes à frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal, conjugados a uma síntese que fizemos das conclusões a que chega Lucchesi (p. 253-254) ao cabo da discussão sobre a sua hipótese:

Tabela 2: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas X Hipótese sobre avaliação social das variantes

Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra	Hipótese sobre a avaliação social das variantes
Norma urbana culta (falantes com nível superior de escolaridade)	95%	Estereótipo Avaliação explicitamente negativa da não aplicação da regra de concordância
Norma urbana média (falantes com 5 a 11 anos de escolaridade)	80%	Norma de transição Oscilação entre a situação de marcador e estereótipo
Norma urbana média baixa (falantes com 1 a 4 anos de escolaridade)	65%	Norma de transição Oscilação entre a situação de marcador e estereótipo
Norma urbana popular (falantes analfabetos)	50%	Marcador Ausência de avaliação explicitamente negativa da não aplicação da regra de concordância, apesar da consciência do prestígio social decorrente da sua aplicação
Norma rurbana popular	35%	Norma de transição Oscilação entre a situação de indicador e marcador
Norma rural popular	20%	Indicador Ausência de consciência sobre o prestígio social decorrente da aplicação da regra

Elaborada pelos autores.

Apesar de longo, reproduzimos, abaixo, o trecho que sintetiza a posição do autor após a análise dos dois parâmetros (p. 254-255):

Confrontando as frequências de uso da regra de concordância com os sistemas de avaliação social do seu emprego, pode-se constatar que, enquanto o primeiro parâmetro aponta no sentido de um *continuum*, o segundo revela a polarização sociolinguística. No que concerne à frequência de uso, as normas mantêm entre si um intervalo regular de 15 pontos percentuais, ou seja, exibem uma gradação sem solução de continuidade. Porém, no plano da avaliação subjetiva, postula-se uma diferença qualitativa. Na norma culta, a ausência de concordância recebe uma avaliação negativa explícita; o mesmo não se pode dizer da norma

popular, na qual não se observa essa avaliação negativa, podendo ocorrer no máximo uma avaliação positiva da regra. Entre esses contrários, figurariam as normas médias, cuja definição ainda carece de novas investigações empíricas. Já no polo da norma popular, uma nova distinção qualitativa poderia ser proposta, em face da ausência de avaliação subjetiva na norma popular rural.

Conjugando os dois parâmetros até aqui observados, pode-se postular uma relação dialética entre uso e avaliação. A avaliação positiva da regra de concordância se basearia na alta frequência de uso dessa regra por parte de um grupo social, que é minoritário, mas dominante no plano político e social [...], em contraste com os demais grupos sociais, particularmente aqueles mais marginalizados na estrutura socioeconômica, nos quais a regra praticamente não é usada. Fica, assim, desnudado o caráter ideológico da avaliação positiva da regra de concordância e, *a fortiori*, do preconceito contra o padrão de não concordância, predominante na fala popular, pois tanto a avaliação positiva quanto o preconceito nada mais são do que o reflexo da distribuição sociolinguística da variável (o que revela sua motivação socioeconômica), e não decorrente de algum valor linguístico intrínseco da regra, o que efetivamente não existe.

A hipótese formulada é plausível, porém o que **inequivocamente** observamos, a partir da síntese feita, é que também em relação à avaliação social das variantes há “uma gradação sem solução de continuidade” no que diz respeito à “consciência” dos falantes de cada uma das normas linguísticas sobre o valor social da aplicação da regra de concordância verbal (passa-se “gradualmente” do polo de ausência de consciência para o polo em que a consciência seria plenamente atestada); observemos, ainda, que a própria proposição da existência de “normas de transição” vem corroborar essa interpretação.

Por fim, resta observar que Lucchesi (2015) postula um *continuum* de variedades potenciais da norma popular brasileira no eixo rural-urbano, que seria assim constituído: *português popular urbano das grandes cidades – português popular rurbano das grandes cidades – popular urbano do interior – português popular rurbano do interior – português popular rural – português afro-brasileiro*⁶. Tal postulação – também plausível – não encontraria, conforme Lucchesi (2015), paralelo na norma culta, fazendo-nos supor ser ela bastante mais homogênea do que talvez de fato o seja e fazendo-nos supor ainda que os seus falantes apresentariam o mesmo nível de consciência quanto à não aplicação da re-

⁶ Observe-se que o contínuo proposto não contempla variedades linguísticas resultantes do contato entre português e línguas indígenas. A Linguística Histórica, no Brasil, tem dado protagonismo ao contato do português com línguas africanas – o que é inquestionável – e negligenciado o contato com as línguas indígenas. Isto talvez revele o quanto ainda estamos distantes de uma renovada historiografia da América indígena, que, há aproximadamente 30 anos, reage a tratar, conforme Monteiro (2001, p. 4), “a história dos índios no Brasil [como se resumindo] basicamente à crônica de sua extinção”

gra de concordância. Contudo, tal ideia deve, pelo menos, ser matizada, como podemos comprovar com a leitura do texto abaixo, publicado em rede social por uma mulher de 37 anos, graduada em Letras e estudante de Mestrado⁷:

“TÁ ME ESCUTANDO VÓ?” Eu sempre te perguntava e mesmo com toda dificuldade de ouvir a senhora se esforçava e sempre me respondia “ESTOU MINHA FILHA!” Espero que esteja me escutando também agora. EU TE AMO VÓ! Feliz dia das avós. A saudade da senhora me sufoca as vezes, mas sigo bem como a senhora me deixou. “TÁ ME ESCUTANDO VÓ?” Obrigado por ter estado comigo em todos os momentos. Ainda consigo sentir suas mãos que passava [sic] brilhantina em meu cabelo fazendo as tranças nagô, ainda consigo sentir suas mãos que encostava [sic] em meus lábios me ensinando a pedir a sua benção. Ainda consigo sentir as suas mãos que testava [sic] minha temperatura em um dia de febre, acarinhava [sic] minha barriga durante minhas gestações, e que entregou [sic] o canudo da minha graduação. Sinto essas mãos tão enrugadas que me confortaram na minha separação, que alisou [sic] minhas costas ao vê [sic] minha primeira casa pronta, que apertou [sic] com emoção a minha mão passando a sua força e apoio depois de vê [sic] minha mãe oxum nascer em mim. Mãos que nos últimos momentos alisou [sic] meu ori pq minha carequinha era gostosa de pegar. Você esteve em todos os momentos. Todos! E agora como minha ancestral peço que essas mãos sigam presente, lindas como só elas eram, com suas unhas sempre pintadas em variados tons de rosa e seus anéis, no mínimo dois ou três, não mais me tocando, mas como setas, mostrando o melhor caminho a seguir. TÁ ME ESCUTANDO VÓ? EU TE AMO!

Podemos situar nas reflexões de Silva Neto ([1950] 1986) sobre o que denominou de “dualidade linguística” os antecedentes históricos da proposta de polarização sociolinguística desenvolvida por Lucchesi: “(...) dos princípios da colonização até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da colônia.” (p. 80) Além disso, é também relevante observarmos que Mattos e Silva (2000a) assumiu a ideia da polarização e buscou, assim como também o fez Lucchesi, identificar as “raízes” das duas supostas grandes vertentes da formação histórica da realidade sociolinguística brasileira: a norma culta – supostamente mais unitária e proveniente do português falado pelos colonos portugueses e seus descendentes nasci-

⁷ A citação deste texto seguiu as normas estabelecidas pelas *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica* (2024), elaboradas pelo “Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes” (FCHSSALLA), tendo a autora dado autorização expressa para a sua divulgação e análise. Disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/CGEE_FCHSSALLA_diret_etica_pesq_integ_cient.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2024.

dos no Brasil, além de moldada sob o influxo do padrão normativo de escrita difundido via escolarização – e a norma popular – supostamente mais diversificada e supostamente descendente direta do português falado como segunda língua por índios e negros, os quais, juntamente com seus descendentes, do século XVI a meados do XIX, sempre constituíram o segmento majoritário da população brasileira e até aproximadamente meados do século XX estiveram, em sua maioria, à margem do sistema formal de escolarização. Ao fazê-lo, Mattos e Silva e Lucchesi embasaram-se em um modelo que não dá conta da interpretação da sociedade e da economia colonial em sua complexidade, o mesmo em que, aliás, *mutatis mutandis*, também se apoiou Silva Neto. Se a análise dicotômica teve o mérito de nos fazer começar a enfrentar a complexidade histórica da questão, paradoxalmente, foi também responsável por também nos desviar dessa mesma complexidade.

Nas duas seções seguintes deste texto, com base na premissa do princípio do uniformitarismo da Sociolinguística ([1972] 2008), o objetivo será o de “começar” a compreender o encaixamento histórico da questão, buscando desvendar quais seriam as raízes econômicas e sociais não das “duas” grandes vertentes da formação histórica da realidade sociolinguística brasileira, mas, sim, do complexo contínuo de normas sociolinguísticas observadas no presente.

3. Economia e ocupação territorial

Nesta seção, trataremos de modelos explicativos sobre a formação da economia colonial e da sua relevância para a compreensão da história social linguística brasileira. A seguir, o foco da análise recairá sobre a região Nordeste, abordando, mais verticalmente, o processo de conquista e colonização do sertão da Bahia, alicerçado também na mineração, mas, principalmente, na expansão da atividade pecuária, na preação de indígenas, na economia de subsistência e na constituição de um mercado interno. Adicionalmente, destacaremos as guerras e alianças travadas com as populações indígenas predominantemente nômades e seminômades que habitavam essa área, com o objetivo de destacar a relevância do contato entre o português e suas línguas, aspecto ainda pouco estudado e geralmente considerado de somenos importância, comparativamente ao destaque dado ao papel das línguas africanas na formação do português brasileiro⁸.

⁸ Uma exceção notável é a já longa tradição de pesquisa da UEFS sobre a história linguística do sertão, conforme se pode comprovar, dentre muitos outros, pelos seguintes trabalhos: CARNEIRO, Zenaide; LACERDA, Mariana; ALMEIDA, Norma. Índícios sobre a participação dos povos tapuias no contato com o português nos sertões baianos seiscentistas. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia. *História social do português brasileiro: da história social à história linguística*. Coleção *História do português brasileiro*, v. 9, Coordenação Geral de Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2020. p. 98-125. CARNEIRO, Zenaide; LACERDA, Mariana. Projeto *Corpus* eletrônico de documentos históricos do sertão: a documentação epistolar. In: PIMENTA, Ricardo M.; ALVES, Daniel. *Humanidades digitais e o mundo lusófono*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021. p. 215-233.

3.1 Breve olhar sobre modelos explicativos da economia colonial

Abordar a história social linguística do Brasil e, em especial, o processo de constituição histórica do português brasileiro analisando o modo como se equaciona a relação entre economia e funcionamento sociolinguístico – em outras palavras, abordar os efeitos sociolinguísticos dos processos econômicos – tem sido algo relativamente incomum entre nós, linguistas historiadores do português brasileiro, e, exatamente por isso, chama-nos a atenção a publicação, no ano de 2018, de um breve, porém instigante texto de Emilio Pagotto, intitulado “Ebulição e sedentarização linguística: o lugar da economia de subsistência na formação do português brasileiro”.

Inicialmente, adverte-nos o autor para o fato de poder tal relação ser considerada em duas distintas perspectivas. A primeira, de caráter mais amplo, analisaria as relações sociais e linguísticas em sociedades comunitárias, feudais, capitalistas pré-industriais, industriais ou pós-industriais etc., tendo como foco verificar se mudanças no modo de produção seriam correlacionáveis a mudanças nas relações sociolinguísticas. A segunda, de caráter mais específico, estaria dedicada a desvelar se e como, no âmbito de um mesmo modo de produção, rupturas econômicas engendradas no seio de sociedades particulares ecoariam nos processos de variação e mudança linguística.

É a partir da segunda perspectiva que Pagotto (2018) vai tratar da formação do português do Brasil, trazendo à luz, inicialmente, um esclarecimento indispensável, mas, até então, não observado em nosso campo de estudos: o de que a história econômica da sociedade colonial brasileira é alvo de duas interpretações que se chocam⁹, sendo a primeira tributária ao pensamento de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo*, obra de 1946, pensamento este que se tornou hegemônico ao longo de toda segunda metade do século XX, e a segunda, derivada das pesquisas conduzidas por João Fragoso e Manolo Florentino, que se apresentam na obra *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, cuja primeira edição data de 1993. Ainda tributária da primeira interpretação temos *Formação econômica do Brasil*, obra de Celso Furtado, publicada em 1958.

Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo*, e Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, defendiam que “a sociedade da América lusa dos séculos XVII e XVIII fora construída com o propósito de fomentar a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, ou ainda com o intuito de viabilizar a revolução industrial inglesa

⁹ No âmbito da historiografia brasileira e brasilianista, a questão dos modelos interpretativos da economia colonial não se restringe a “duas” interpretações. Para uma visão da complexidade do tema, remetemos a ZOREK (2021).

do século XIX” (Fragoso, 2012, p. 107). Nesses termos, como resultado do capitalismo comercial europeu, o que teríamos, na passagem do século XVI para o século XVII, na América portuguesa, seria um “grande canavial” gerenciado por senhores de engenho, ficando, a economia colonial à mercê do mercado europeu e, portanto, sem uma dinâmica própria. A inexistência de um mercado interno ou ainda de produções mercantis para abastecimento da própria Colônia seria uma consequência desse modelo interpretativo da economia colonial.

O embate historiográfico sobre os antigos modelos explicativos da chamada economia colonial dominante, que se assentavam, sobretudo, nos “sucessivos ciclos” do mercado agro-minério-exportador e na relação senhores *versus* escravizados, emergiu nas décadas de 1970 e 1980¹⁰, revelando “a fragilidades de várias certezas – em verdade, hipóteses – da tradicional historiografia colonial” (Fragoso, 2012, p. 210). Abriram-se, portanto, caminhos para outras interpretações, na medida em que se passou a demonstrar que

[...] a economia colonial era mais do que uma *plantation* exportadora, existia um circuito de mercados internos disseminados pela América. Mesmo nas regiões até então vistas como açucareiras, como o Recôncavo Baiano, observou-se a existência de áreas dedicadas à lavoura mercantil de alimentos (Fragoso, 2012, p. 110).

[...] no Recôncavo Baiano, ao lado da atividade açucareira, havia os pequenos e médios produtores de alimentos que, utilizando o trabalho familiar e/ou escravo, abasteciam os engenhos e as cidades. Algo semelhante ocorria no Rio de Janeiro do século XVII. Além da produção de mantimentos nas próprias áreas açucareiras, ao longo do século XVII e no seguinte, respondendo à demanda dessas áreas, **os agricultores de São Paulo, do sul da Bahia, do Espírito Santo e, posteriormente, os do Maranhão passaram a orientar as suas atividades para um comércio intercapitanias, esboço de um incipiente mercado interno colonial**¹¹ (Fragoso; Florentino; Faria, 1998, p. 49).

Na segunda citação acima, destacamos o trecho que faz referência ao sul da Bahia, *grosso modo* correspondente às antigas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Tendo analisado especificamente a importância da Capitania de Porto Seguro no amplo mercado interno de abastecimento de víveres, Cancela (2012) destacou o objetivo da Coroa portuguesa de destinar o grosso da sua produção econômica ao mercado de Salvador e do Rio

¹⁰ Os debates e as revisões historiográficas resultantes foram consequência da multiplicação dos programas de Pós-Graduação em História no Brasil, em cujo âmbito passaram a ser escritas dissertações e teses fundamentadas em sólidas pesquisas empíricas.

¹¹ Grifo nosso.

de Janeiro, o que exigiu a criação de uma infraestrutura de transporte e comunicação para garantir o escoamento dos produtos. Observou ainda que, estando o sistema produtivo da referida capitania conjugado às demandas dos grandes centros urbanos da colônia, não perdeu Porto Seguro “a oportunidade de produzir e comercializar mais de uma dezena de gêneros agrícolas, extrativistas e manufatureiros” (Cancela, 2012, p. 259), tendo desenvolvido, por exemplo, o cultivo de mandioca, milho, algodão, cana, arroz e feijão, a pesca da garoupa, a extração de madeira de lei e tabuado, assim como a manufatura e/ou semimanufatura de farinha, aguardente, açúcar, embira, cordoaria e embarcações.

Cabe, neste ponto, um parêntese para destacar a proposta de periodização da história linguística do Sul da Bahia formulada por Argolo (2015), segundo a qual é só no período compreendido entre 1820 e 1872, quando se observa a dizimação mais acentuada da população indígena e quando se consolida o processo de migração sertaneja, deflagrado pela atração da lavoura do cacau, que o multilinguismo indígena da região “perde a batalha” para o unilinguismo em português brasileiro.

Ainda segundo o mesmo autor (2015, p. 293):

[...] em 1760, já é possível encontrar registros documentais de invasões de grandes extensões territoriais na Capitania de Ilhéus, possivelmente para plantar cacau. Desse período em diante, o movimento migratório ganhou força, culminando na disputa pela posse da terra entre os índios, mamelucos e brancos pobres do Sul da Bahia e os sertanejos que migraram para lá, no intuito de obter melhores condições de vida com o plantio do cacau. Sendo os índios, mamelucos e brancos pobres do Sul da Bahia os depositários do multilinguismo da região, e os sertanejos, neste caso específico, os depositários do unilinguismo em português brasileiro, iniciou-se, em termos metafóricos, uma batalha entre o multilinguismo e o unilinguismo na costa sul baiana.

O caso da Capitania de Porto Seguro, bem como o do sertão da Bahia, que será abordado no item seguinte, evidencia, conforme sintetizou Pagotto (2018, p. 56), que, no núcleo do debate historiográfico sobre modelos interpretativos da economia colonial, está o papel do mercado interno na história econômica da Colônia:

[...] o quanto a economia colonial encontra sua lógica de crescimento apenas voltada para a exportação, com a expropriação dos lucros pela metrópole *versus* o quanto a constituição de um mercado interno propiciou a acumulação de capitais na própria colônia, o que inverteria a lógica do mercantilismo de colonização.

O modelo dos sucessivos ciclos econômicos, conjugado à exclusividade do mercado externo, “cria a falsa ideia de que o artigo anterior deixou de ser produzido” (Fragoso; Florentino; Faria, 1998, p. 53). O caso do “açúcar” é emblemático: apesar de ter sofrido drástica queda de exportação pela queda do preço no mercado internacional – o que teria encerrado o seu “ciclo” –, não sofreu queda de produção, já que foi progressivamente atendendo também ao sempre crescente mercado interno.

Ademais, não podemos perder de vista que a compreensão da importância do mercado interno se relaciona diretamente com o processo de ocupação territorial dos chamados sertões e ampliação das fronteiras. Assim, passaremos, a seguir, a refletir sobre a questão, tomando como referência, sobretudo, a Capitania da Bahia.

3.2 Caminhos da ocupação dos sertões da Bahia e da difusão do português

Ao propor uma reconstrução da história social linguística do Brasil como um dos campos de pesquisa para enfrentar a questão histórica do português brasileiro, Mattos e Silva (1998) destaca que dois percursos investigativos devem ser trilhados: (i) a recuperação da articulação entre os fatos de ocupação territorial, as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e as prevalências e desaparecimento das línguas; e (ii) a reconstrução da história da escolarização no Brasil, mais amplamente, a difusão social da leitura e da escrita. Para uma melhor compreensão sobre o percurso investigativo (i), podemos considerar que Santos (2010), em sua tese intitulada *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*, embora centrando sua atenção de meados do século XVII até a primeira metade do século XVIII, fornece-nos, com base em ampla pesquisa arquivística, um significativo panorama sobre o processo de ocupação do sertão baiano.

No processo de ocupação da América portuguesa, o autor destaca dois movimentos distintos, nos quais se podem perceber diferentes modos e ritmos de ocupação: na faixa litorânea, encontrava-se “a economia do açúcar no cerne das relações intercontinentais”, “presa à dinâmica do mercado externo”; já no interior, “as opções econômicas desprendiam-se do vínculo quase exclusivo com o mercado externo, o que possibilitava a ação de pequenos e médios empreendedores” (Santos, 2010, p. 55). No caso da ocupação do sertão nordestino, os terrenos da caatinga e do cerrado eram propícios às pastagens que formariam as ‘zonas de criação’, “em razão da topografia relativamente plana, da vegetação arbustiva e da ausência de matas fechadas” (p. 52).

A partir de meados do século XVII, o interior do Nordeste é percorrido e ocupado por sertanistas paulistas, baianos e portugueses, “que estabelecem núcleos avançados de

povoamento” (Santos, 2010, p.56). Vemos, progressivamente, uma ampliação das fronteiras por meio da atividade pecuária. Puntoni (2002) destaca o crescimento dessa economia, bem como, paradoxalmente, as suas dificuldades, como fatores que teriam permitido a expansão do povoamento para o sertão. Para o autor, as necessidades da criação do gado forçavam a pecuária a ocupar regiões mais interioranas, sobretudo quando se valorizou o preço das terras próximas dos portos de embarque e dos cursos fluviais. Por outro lado, a busca por minerais preciosos ajudaria a promover o desbravamento do interior.

Esse processo de alargamento das fronteiras, por meio de duas correntes de povoamento, uma proveniente da Bahia, que acompanhou o curso do Rio São Francisco e do Rio Itapicuru e colonizou o chamado “sertão de dentro”, e outra saindo de Pernambuco, que seguiu as regiões mais próximas do litoral até o Ceará e colonizou os “sertões de fora”, não poderia deixar de resultar em conflitos com os povos indígenas que ocupavam essas vastas paragens. Para avaliarmos a dimensão do território, é preciso informar que

[...] o sertão baiano, ou “interior”, compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o “território dos Pastos Bons”, região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins. O sertão “exterior”, ou pernambucano, era mais próximo ao litoral. A corrente de povoamento, inicialmente acompanhando a linha costeira num território semi-árido que impossibilitava o plantio mesmo da cana e se estendia da Paraíba ao Ceará, passando pelo Rio Grande, acabou se encontrando com as correntes baianas, à medida que se interiorizava, particularmente pela bacia do rio Jaguaribe (Puntoni, 2002, p. 26).

Reverendo a perspectiva historiográfica que se assenta na explicação de ocupação contínua do território, Santos (2010) propõe um processo de expansão geográfica e de dilatação das fronteiras na Bahia marcado por reversões, lacunas e descontinuidades. A bem da verdade, tal processo de expansão, por meio da atividade agropecuária, fundamentou-se na conquista e ocupação de um território de massiva população indígena, genericamente tratada como “tapuia”, em oposição aos tupis da costa. Daí serem espaços de instabilidades, de constantes conflitos, caracterizados pela ameaça de retomada indígena ou ainda de esvaziamento, em função das pressões do meio, como longas distâncias, estiações, enchentes, doenças provocadas por águas malsãs, animais selvagens.

A ampliação dessas fronteiras internas, portanto, não teria sido possível sem os conflitos com os chamados “tapuias”, “povos ameríndios majoritariamente não sedentários, caracterizados pela heterogeneidade, diversidade linguística, migrações sazonais e popu-

lações menos densas e concentradas do que na faixa litorânea” (Santos, 2010, p. 118). As concentrações populacionais mais expressivas, que podiam incluir povos semissedentários ou mesmo sedentários, devem ter ocorrido nas áreas mais úmidas, como as margens dos rios, as ilhas fluviais e os brejos, justamente os espaços em que iriam se concentrar as frentes de ocupação do sertão, devido às diversas vantagens que possuíam os territórios ribeirinhos: provimento de água para homens e animais, abastecimento de peixes e crustáceos, fertilização de terrenos, navegação e orientação geográfica (Santos, 2010, p. 341).

Inevitavelmente, nesse processo, os próprios indígenas passaram também a integrar as frentes de ocupação. Como nos informa Santos (2010, p. 95), “seja como escravos, seja, o que foi certamente menos comum, como aliados ocasionais dos invasores, grandes grupos de índios, de centenas ou milhares de indivíduos, foram quase sempre incorporados aos exércitos da conquista”. Além da participação direta nos combates, indígenas escravizados ou “aliados” eram utilizados nas expedições como guias, remadores, caçadores, operários na construção de casas-fortes e carregadores (Santos, 2010). Um recurso utilizado nesse contexto, como estratégia de enfraquecimento, foi a desterritorialização dos escravizados: indígenas da cidade da Bahia e de São Paulo eram transferidos para o sertão e “tornavam-se a mão de obra principal nos currais e lavouras do novo território”, enquanto os indígenas “hostis” escravizados nos sertões “eram submetidos, desalojados e enviados para a cidade da Bahia” e para a capitania de São Vicente (Santos, 2010, p. 226-227).

Ainda segundo o autor, a “parceria” entre índios e colonizadores foi sempre assimétrica, em detrimento do indígena, sendo que o que houve, via de regra, foi uma **“trágica e quase rotineira sucessão de massacres de homens e escravização de mulheres e crianças”** (Santos, 2010, p. 118, grifo nosso). Um dos muitos exemplos desse fato se encontra no relato do padre Martinho de Nantes sobre uma expedição repressiva contra indígenas comandada pelo coronel Francisco Dias d’Ávila, o qual informa que 500 índios já rendidos do médio São Francisco foram mortos a sangue frio, tendo sido **escravizadas as mulheres e crianças** (Santos, 2010, p. 105, grifo nosso). Nesse cenário brutal, em que se encontra o extermínio de homens indígenas, ao lado da escravização de mulheres e crianças, veem-se criadas as condições para a emergência de uma substancial população mameluca, população cuja história linguística tem passado muitas vezes despercebida nos estudos da sócio-história linguística do Brasil¹².

Outro aspecto da mestiçagem ocorrida em território baiano, vastamente descrito

¹² Remetemos à nota 8 deste texto, em que destacamos a importância da tradição de pesquisa da UEFS, voltada para a história linguística do sertão da Bahia.

na documentação analisada por Santos (2010), é o que diz respeito à relevante presença dos sertanistas paulistas na ocupação da área. Assim como se deu em São Paulo, também no sertão da Bahia, os agentes da colonização portuguesa eram, não raro, homens mamelucos, frutos da união entre homens brancos e mulheres indígenas, ou descendentes de indivíduos mamelucos.

Por fim, quanto à permanência indígena na ocupação dos sertões, destacamos ainda a sua participação nas atividades econômicas que ali se desenvolveram. Segundo Santos (2014, p. 45),

há notícias bastante seguras da contratação de índios pelos fazendeiros para o trabalho de condução das boiadas até a cidade. De acordo com Antonil, por exemplo, essa atividade era feita por ‘brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro’.

O autor ainda observa que, no ano de 1759, o cronista José Antônio Caldas também fez referência ao trabalho indígena na condução de boiadas pelo sertão. Esta seria a principal causa por que várias aldeias, antes existentes, se encontravam extintas. Nas palavras do próprio cronista,

[...] servindose os viandantes dos Indios por estipendios, que lhes contribuiaõ para conduzirem as boyadas de gado de hum, e outro genero, foraõ ficando diminutas de tal sorte, que chegaraõ a dezertar Aldeas inteiras, principalmente aquelas, que ficavaõ vizinhas as estradas, que vaõ para os Sertoens e Minas (Caldas, 1759, p. 61).

Para Santos (2014, p. 46), tais testemunhos revelariam que os índios, aldeados ou não, buscavam meios de garantir ou ampliar por conta própria suas condições de sobrevivência, não dependendo inteiramente dos religiosos ou das autoridades coloniais. Também os missionários possuíam fazendas no sertão e recorriam à mão de obra indígena para a condução do gado, como se observa em episódio, ocorrido em 1732, com os índios das aldeias de Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos, os quais foram detidos, a mando do coronel Garcia de Ávila Pereira, e liberados pelo governador geral Conde de Sabugosa, alegando que o motivo da viagem seria a condução de boiadas dos reverendos padres da Companhia e de outros particulares (Santos, 2014, p.46).

A presença indígena no vasto território do sertão e sua relativa dizimação, marcada por uma profunda miscigenação, constituem-se como peças fundamentais na difusão e configuração do português no interior do território baiano. No âmbito das discussões sobre o processo de colonização e difusão da língua portuguesa no território brasileiro, não

podemos deixar de considerar esse quadro e a importância que esses espaços têm para uma história social linguística do Brasil, embora a historiografia linguística tenha dado pouca atenção a esse aspecto e priorizado quase exclusivamente a história do contato do português com línguas africanas.

Ampliando o olhar para o processo de ocupação de todo o território da Bahia, devemos considerar o povoamento do sul do Estado, caracterizado por uma demografia histórica com significativa presença indígena, “espaço periférico ao latifúndio canavieiro”, o qual “redundou numa forma diferente de conquista, ocupação do solo e contato com os indígenas”, como apontado por Mott (2010, p. 195). Destacando como característica geral a relevante presença indígena, Mott (2010) descreve, no período que vai de meados do século XVIII a meados do século XIX, as vilas e aldeias do sul da Bahia, delimitando as diferenciações entre a Comarca de Porto Seguro, em que os indígenas se encontravam na fase dos primeiros contatos com a população “civilizada”, e a Comarca de Ilhéus, em que a interação com a sociedade colonial já seria, para algumas etnias, bicentenária, encontrando-se os indígenas “acabocados”, “residentes em vilas e nalguns aldeamentos remanescentes, fortemente deculturados” (Mott, 2010, p. 195).

O cenário aqui analisado aponta para a complexidade da economia colonial e para a participação de diversos atores na conquista e ocupação do espaço sertanejo, marcado pela relativa dizimação e também pela etnogênese dos povos indígenas (Almeida, 2001, 2010), ao se apropriarem dos instrumentos coloniais como estratégias de negociações e resistências. A questão da língua não poderia ficar à margem desses processos em que se relacionam economia e sociedade colonial, sobretudo no âmbito do mercado interno e da economia de subsistência, espaços onde não se encaixa a estrutura social dos engenhos, marcada pela relação entre senhores e escravizados.

A citação abaixo, extraída de Prado Jr. ([1946] 2011, p. 298-299), é lapidar para ilustrar o que pretendemos trazer à luz na seção seguinte:

Abre-se assim um **vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos**; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e da estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização em seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. **Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados**; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias, ou sem ocupação alguma.

4. Estratificação social e estrutura familiar

Nesta seção, faremos uma análise da configuração social do Brasil no período colonial, trazendo o foco para a região Nordeste, tal como fizemos na seção anterior, e buscando relacionar as estruturas sociais com a configuração linguística. O objetivo é refletir não apenas a respeito da presença e difusão da língua portuguesa em concorrência/coexistência com as outras línguas da nossa história linguística, mas ainda melhor compreender historicamente a variação no português brasileiro, tratando da questão das normas linguísticas e da polarização do português brasileiro. Para tanto, traremos à baila três aspectos da configuração social aqui considerados de suma importância: estratificação social, mestiçagem e estrutura familiar.

4.1 Estratificação social e mestiçagem

Como estava constituída a sociedade colonial brasileira? De que maneira essa estrutura social se refletia na realidade linguística, naquele momento? A ideia de uma sociedade bipartida, em que se encontravam, de um lado, os senhores de terras e engenhos, e de outro, a população escravizada, complexifica-se em um olhar mais detido para a estratificação social, na qual podemos observar uma considerável diversificação de papéis sociais, já desde o primeiro século de colonização do Brasil.

As ocupações existentes na sociedade quinhentista foram divididas por Siqueira (1978) em três grandes grupos, nomeados pela autora de grande burguesia, pequena e média burguesia e povo, em uma análise que se debruçou sobre a população brasileira do século XVI, tendo como *corpus* as fontes do Tribunal da Inquisição em sua primeira visitação ao Brasil¹³. No primeiro grupo, da grande burguesia, encontravam-se os senhores de engenhos e grandes comerciantes, “partícipes da mesma concepção de vida, donos das tendências autoritárias, que transmitiam por herança seus bens e suas profissões” (Siqueira, 1978, p. 76), e ainda o alto clero, que não raro possuía terras ou engenhos. O segundo grupo, da pequena e média burguesia, englobava artesãos, assalariados, burocratas, homens do mar, pequenos lavradores, liberais, mercadores de loja e clero médio e baixo, estando presentes, em cada um desses grupos, uma grande lista de ofícios. No terceiro

¹³ O Tribunal do Santo Ofício atuou na América Portuguesa através de uma justiça itinerante, as chamadas “visitações”. Foram quatro as visitas realizadas, sendo a primeira, liderada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, instalada nas capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, entre os anos de 1591-1595. Encontram-se incluídos no *corpus* dessa primeira visitação os Livros das Confissões e Denúncias da Capitania da Bahia e os Livros das Confissões e das Denúncias da Capitania de Pernambuco, os quais contêm registros referentes às Capitanias de Pernambuco, de Itamaracá e da Paraíba (Cf. a lista de documentos da “PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça” nas Referências).

grupo, estava o povo, “a massa indefinida e informe da plebe, e os escravos responsáveis por todo o trabalho das lavouras e das fábricas” (Siqueira, 1978, p. 77); incluíam-se aí os indivíduos responsáveis por pequenos ofícios, como boticários, canoeiros, confeitheiros, carreiros, cortadores de carne, barbeiros, vendeiros, ferradores, hortelãos, línguas, pedreiros, pescadores, pasteleiros, parteiras, padeiros, camareiros, criados, pajens, “mulheres do mundo”, taverneiros, vinhateiros, trabalhadores de soldada, e somavam-se a estes os mendicantes e os escravos.

Em uma análise dos níveis de letramento nos distintos estratos sociais, tendo como *corpus* as mesmas fontes inquisitoriais¹⁴ abordadas por Siqueira, Lobo e Sartori (2020) observaram percentuais de assinantes que decresciam, da classe mais alta à classe mais baixa: os homens da grande burguesia apresentaram, em média, 98% de assinaturas, mostrando-se praticamente todos capazes de assinar, os homens da pequena e média burguesia exibiram também percentuais bastante altos de assinantes, assinando em uma média de 92% e, entre os homens do povo, havia 77% de assinantes nos livros da Inquisição. Tais percentuais, que podem ser considerados muito altos, sobretudo quando avaliado que se trata do primeiro século da colonização, devem ainda ser melhor entendidos, ao observar-se que os assinantes apresentaram diferentes níveis de execução gráfica, indicando que estariam por trás gradações no seu nível de letramento, estando aí incluídos desde aqueles que pouco ou nada dominariam da tecnologia da escrita, além de assinar – e mal – seu próprio nome, até aqueles que exibiam um alto grau de letramento, com grande fluência nas práticas de leitura e escrita.

A análise dos níveis de letramento corrobora o que apontou o estudo de Siqueira sobre a estratificação da sociedade colonial brasileira: trata-se de uma sociedade com uma estratificação social muito mais complexa do que a da clássica divisão entre “casa-grande” e “senzala”. Se, em termos culturais, podemos considerá-la assim também diversificada, englobando indivíduos com diferentes níveis de acesso à cultura escrita, podemos considerar que algo semelhante ocorreria a respeito das variantes linguísticas empregadas por esses indivíduos: por trás da já comentada “polarização linguística” do português brasileiro, haveria, ao que tudo indica, um quadro bem mais complexo, em que falantes de variantes mais cultas e mais populares estariam em interação, e as gradações no nível de acesso à cultura escrita e a um padrão normativo europeizado seriam inúmeras. Tal aspecto da

¹⁴ Trata-se igualmente dos documentos da Primeira Visitação da Inquisição ao Brasil: os livros de Confissões e Denúncias da Capitania da Bahia e os Livros de Confissões e Denúncias da Capitania de Pernambuco. As demais referências que se farão neste artigo aos registros do Tribunal da Inquisição têm essa mesma fonte, os livros da Primeira Visitação. Serão ainda citadas as fontes da Segunda Visitação da Inquisição ao Brasil, ocorrida em 1618: o Livro de Confissões e o Livro de denúncias da Bahia, analisados em Lobo, Sartori e Soares (2016).

história linguística brasileira ganha bastante evidência quando analisamos a questão da mestiçagem entre indivíduos falantes de línguas diferentes ou indivíduos descendentes de falantes de línguas diferentes, e como este aspecto interage com a estratificação social.

O primeiro aspecto da mestiçagem a ser destacado na história colonial brasileira diz respeito à mestiçagem que gerou uma população mameluca, ocorrida, desde o primeiro século de colonização, entre homens brancos e mulheres indígenas. Rodrigues (1996, 2010) trouxe importantes contribuições a respeito da presença da população mameluca na história social linguística do Brasil, ressaltando a sua relevância para a difusão das chamadas “línguas gerais”, de base indígena tupiniquim e tupinambá e descrevendo sua presença nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Mais tarde, Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva (2006) discutiram indícios de sua presença no sul da Bahia, e Argolo (2015) apresentou evidências da sua existência mais difundida entre vilas do sul da Bahia, nas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, que, em meados do século XVIII, passaram a integrar a Capitania da Bahia.

A respeito da formação das línguas gerais no Brasil, que teria suas origens na utilização de línguas indígenas por uma população mameluca, destacamos aqui o seguinte trecho de Rodrigues:

A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão (Rodrigues, 1996, p. 5).

Como podemos observar na citação acima, Rodrigues situa a sua descrição das línguas gerais nos territórios de São Paulo, Maranhão e Pará. Quando tentamos ampliar a análise para todo o território brasileiro, questionando se seria possível fazer generalizações a partir da descrição citada, algumas questões vão se colocando, as quais se podem concentrar aqui em duas perguntas principais: 1) Onde se encontrava a população mameluca no Brasil?; 2) Que língua(s) era(m) falada(s) por essa população?

A respeito da primeira questão, é preciso de início pontuar que não haveria propriamente “uma” população mameluca no Brasil, mas uma mestiçagem que, se apresentava notáveis características culturais em determinadas regiões, como seria o caso dos

bandeirantes paulistas, em outras regiões, como provavelmente se daria em quase todo o Nordeste, parecia se diluir na população branca colonial, de maneira que nunca foi possível verificar, nas estimativas demográficas desse período, onde estavam e quantos eram os mamelucos. A maior parte das estimativas calculava o número de brancos a partir da quantidade de famílias de portugueses presentes na colônia, e o número de índios integrados ao sistema colonial, que se encontravam nas aldeias missionadas. A população que era fruto da miscigenação entre portugueses e índias fica, assim, invisibilizada, sendo muitas vezes inserida na quantificação dos membros das famílias de portugueses, se de fato residiam na casa paterna. Exemplos de tal inserção dos mamelucos nas famílias de portugueses são notados em dados do Tribunal da Inquisição em visitas ao Brasil nos séculos XVI e XVII. Nos depoimentos registrados nos livros da Inquisição, vislumbramos uma população nas capitanias do Nordeste que possuía um significativo número de mamelucos, filhos de portugueses, os quais demonstravam herdar o *status* social e o estado religioso de “cristão velho” ou “cristão novo” de seus pais portugueses (Cf. Lobo; Sartori, 2020; Lobo; Sartori; Soares, 2016).

Para respondermos à segunda questão sobre os mamelucos, em que se indaga que língua(s) seria(m) falada(s) por esses sujeitos, faz-se necessário rompermos com a ideia de que haveria uma correspondência direta entre mamelucos e línguas gerais. Se nem todo falante de língua geral seria mameluco, como admite o próprio Rodrigues (1996) no trecho supracitado, podemos ainda admitir o contrário: nem todo mameluco seria falante de língua geral. Se é fiel o relato de Vieira sobre a sociedade paulista em fins do século XVII, ao dizer que “as famílias dos Portugueses e Índios em São Paulo, estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres, e os filhos, se crião mistiça e domesticamente, e a lingua, que nas ditas famílias se fala, he a dos Índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender a escola” (Vieira, 1736, p. 161-162) – e não há elementos para duvidar de tal afirmação –, não devemos, por outro lado, tomar esse relato de forma generalizante. A respeito disso, não deixam dúvida os depoimentos presentes nos já citados livros do Tribunal da Inquisição. Mamelucos e mamelucas de primeira e segunda geração que depuseram perante o Tribunal português instalado nas Capitanias do Nordeste demonstraram ser muito mais influenciados social e culturalmente pelos seus pais brancos, sendo falantes de língua portuguesa, professando a fé cristã, herdando cargos políticos de seus pais, do que por suas mães indígenas, das quais muito pouco se fala; por vezes, nos depoimentos, sequer o nome de suas mães é mencionado.

No que tange ao letramento dos mamelucos que depuseram durante a Primeira

Visitação da Inquisição, alocada na Capitania da Bahia e nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, em uma análise das assinaturas deixadas nos livros de registro dos depoimentos prestados ao Tribunal, observamos que os mamelucos foram capazes de redigir sua assinatura não apenas tão bem quanto os homens brancos, mas mesmo com percentuais maiores: 93% de homens brancos assinaram seu nome, ao lado de 100% de mamelucos assinantes. Entre as mulheres, embora fosse sempre baixo o percentual de assinantes, as mamelucas assinaram também mais que as brancas: encontramos 17% de assinantes entre as mamelucas e 14% entre as brancas (Lobo; Sartori, 2020).

Vemos, assim, claramente, que os mamelucos das capitanias do Nordeste diferem social, cultural e linguisticamente dos mamelucos paulistas da descrição de Rodrigues (1996). Ainda dentro do território do Nordeste, não parece apropriado fazer generalizações. Como já vimos, nas capitanias do sul da Bahia, há evidências da presença de língua geral sendo falada pela população.

É preciso ainda retomarmos a questão de saber que língua(s) seria(m) falada(s) pela população mameluca e dizermos que não foi encontrada, nas fontes inquisitoriais, nenhuma informação além da mais simples menção de que se trataria, nas Capitanias do Nordeste que foram alvo do Tribunal nos séculos XVI e XVII, da língua portuguesa. Tais falantes seriam proficientes em língua(s) indígena(s)? Não sabemos. A variante da língua portuguesa que era utilizada seria uma variante mais próxima do português europeu? Não é certo. Não há elementos suficientes para abordarmos, no momento, qual seria o grau de interferência de possíveis línguas maternas de base indígena sobre o português falado por esses mamelucos.

Do que já vimos até aqui, é possível pontuarmos, repetimos, a evidente falta de unidade – social, cultural, linguística – entre os integrantes da chamada “população mameluca”. Se a sua aproximação com uma cultura indígena saltava aos olhos em algumas regiões da Colônia, como seria o caso do Sudeste, em outras regiões, ficam apenas as dúvidas de qual seria o nível de tal aproximação.

O segundo aspecto da mestiçagem, também fundamental para a história linguística do Brasil, é aquele que deu origem a uma população mulata. Já no primeiro século de colonização, inicia-se, juntamente à vinda dos colonizadores portugueses, a vinda de uma população africana escravizada. Também desde o primeiro século de colonização vislumbramos o surgimento de uma população mulata, fruto de uniões, geralmente não matrimoniais, que se davam, no início, entre homens brancos e mulheres negras, e que em seguida vão ocorrendo entre brancos e mulatas, mulatos e negras, mulatos e mulatas, cafuzos...

Ao lado das crianças mulatas, cresciam crianças brancas que, podemos considerar, tinham “um pé” na mestiçagem – se não tinham propriamente sangue mestiço, a sua criação era ao lado de crianças negras e mulatas, para além das mamelucas, que viviam dentro de suas casas. Todas recebiam cuidados, e por vezes também o mesmo leite, de uma mulher negra.

Qual(is) seria(m) a(s) línguas(s) dos mulatos? De forma generalizante, podemos responder que línguas africanas e a língua portuguesa seriam faladas por essa população, além de haver a possibilidade do uso das línguas gerais de base indígena em determinadas regiões, caso o contexto social o favorecesse, isto é, caso houvesse uma interação social com falantes de língua geral a ponto de gerar a aquisição dessa língua.

No que tange ao uso das línguas africanas por negros e mulatos, é válido salientarmos a amplitude que algumas delas alcançaram no período colonial. Esse seria o caso do quimbundo, descrito na gramática do jesuíta Pedro Dias, a *Arte da lingua de Angola*, publicada ao final do século XVII (Dias, 1697), testemunho do emprego corrente de uma língua africana no Brasil (Petter, 2006) sendo utilizada como língua veicular entre africanos, portugueses e brasileiros: a gramática teve a finalidade de auxiliar na comunicação entre jesuítas e negros escravizados, facilitando o processo de catequese. Igualmente relevante parece ter sido o uso de uma língua veicular, conhecida como “língua geral de Mina”, que teria se desenvolvido no quadrilátero mineiro de Vila Rica - Vila do Carmo - Sabará - Rio dos Montes, originada do contato entre línguas africanas próximas entre si, vindas da Costa do Benin, da qual ficou o registro no documento manuscrito *Obra nova da língua geral de Minna*, redigido em 1731/1741, por Antônio da Costa Peixoto, documento que tinha a intenção de facilitar aos senhores de escravizados o aprendizado da língua utilizada nas minas (Petter; Cunha, 2016).

A respeito do uso da língua portuguesa por essa população negra e mulata, cabe retomar aqui a ideia de Mattos e Silva (2000b), de que um “português geral brasileiro”, antecedente histórico do nosso português popular brasileiro, teria sido falado por africanos e afrodescendentes, e ainda, em menor número, por uma população indígena e seus descendentes integrados à sociedade colonial. Tendo em conta que africanos e afrodescendentes constituíam maioria da população durante todo o período colonial, esses teriam sido os principais difusores do português no território brasileiro. Mattos e Silva pontua também, apoiada nos estudos de Mattoso (1990), que haveria uma gradação no que diz respeito ao aprendizado da língua portuguesa pelos escravizados: enquanto, para muitos, seria suficiente um conhecimento precário da língua, que permitisse a compreensão das

ordens – como seria o caso daqueles que trabalhavam nas lavouras de cana de açúcar –, para outros, como os escravizados domésticos, teria sido comum se tornarem bilíngues, e seus filhos, criados na primeira infância junto aos filhos do senhor, aprenderiam melhor o português e menos a(s) língua(s) africana(s) de seus pais.

Observando as relações sociais que se davam nesse período e essa gradação no acesso à língua portuguesa, podemos afirmar que mulatos e negros brasileiros seriam os principais atores no processo de difusão do português no Brasil, enquanto os africanos, em sua maioria, não teriam tido tanto acesso ao português. Isso porque, quanto mais “integrados” à sociedade colonial, melhor seria a aquisição da língua portuguesa por esses indivíduos. Entre africanos era mais difícil, de maneira geral, essa integração à sociedade. Aqueles que viviam nas senzalas e de lá saíam para as lavouras, onde passavam os dias e de lá retornavam, exaustos, para as senzalas, teriam não só pouco acesso à língua portuguesa, como pouca oportunidade de diálogo em sua língua materna.

Quanto aos negros e mulatos já nascidos no Brasil, esses tinham acesso mais prolongado à língua portuguesa, podendo tê-la inclusive como língua materna e, em geral, encontravam-se também mais integrados à sociedade colonial. Mattoso (1990) diferencia o “escravo boçal”, negro nascido na África, que “falava mal a língua dos brancos”, dos “crioulos”, nascidos no Brasil, “que, logicamente, falam realmente o português”, os quais “em geral, foram criados na família do senhor e são fortemente marcados pela sociedade dos brancos” (Mattoso, 1990, p.105-106).

Se, no século XVI, a integração desses indivíduos era ainda incipiente, nos séculos seguintes esta já se fazia bastante visível, nas diversas atividades desempenhadas por esses indivíduos na sociedade, na quantidade de negros e mulatos que conquistavam alforria, cuja ascensão social resultava em que, por vezes, comprassem “seus próprios escravos”; na sua inserção em irmandades de negros, espaços que poderiam proporcionar inclusive o aprendizado da leitura e da escrita e um auxílio para comprar sua alforria; na atuação como oficiais nos exércitos brasileiros; ou ainda como religiosos, professando a fé católica.

Nas cidades, negros e mulatos se inseriam nas profissões humildes. Trabalhavam como serralheiros e como ajudantes nas tarefas menos nobres de cada ofício mecânico, sobretudo as que exigiam maior esforço físico, como o transporte de madeira, o serramento e o desbastamento (Flexor, 1974). Mestiços artesãos trabalhavam nos diversos ofícios da arquitetura, como oleiros, ladrilheiros, telheiros, pedreiros, canteiros, rebocadores; carpinteiros, carapinas, entalhadores, ferreiros, serralheiros, latoeiros e até mes-

mo pintores e escultores (Holanda, 1985). Os escravizados conhecidos como “negros de ganho” exerciam diversas atividades, proporcionando lucros a seus senhores, trabalhando como carregadores, doceiros, cozinheiros, alfaiates, sapateiros (Vianna Filho, 2008); entre as mulheres, algumas praticavam a prostituição, imposta pelos seus senhores como fonte de renda complementar ao comércio ambulante em que elas atuavam (Figueiredo, 2004). Os negros libertos trabalhavam de barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras de piaçava, importadores de sabão-da-costa, alguns lavando chapéus-do-chile, enquanto as negras trabalhavam de doceiras, com seus tabuleiros, ou lavadeiras (Freyre, [1933] 2002). A arte de sangrar era também exercida por negros. Havia ainda parteiras negras, que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas, benzeduras (Flexor, 1974; Freyre, [1933] 2002).

A respeito da inserção de negros nas chamadas irmandades, encontram-se análises em Oliveira (2006), Lobo e Oliveira (2007), Lobo e Oliveira (2009) e Galves e Lobo (2019), nas quais se veem os documentos guardados pelas irmandades negras no Brasil como importantes testemunhos do letramento de africanos e afrodescendentes, dos quais são exemplo os documentos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em Salvador, em 1832, por africanos, e integrada, a partir de 1835, exclusivamente por sócios negros nascidos no Brasil.

No que tange à presença de homens negros entre os religiosos, é sintomática a consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, de 23 de fevereiro de 1701, em que se aborda o recrutamento de negros forros, ou, em sua falta, escravizados, que pudessem ser instruídos nos mistérios da fé para atuarem na catequese de africanos, melhor se comunicando com estes por conhecerem a sua língua (Consulta, 1701). Como afirma Marcussi (2013), a formação de catequistas negros, falantes nativos de quimbundo e outras línguas africanas, e o envio de padres angolanos ao Brasil fizeram parte de uma mesma iniciativa jesuítica para a catequese dos escravizados. Ligada a esta iniciativa, estaria a construção de um anexo do colégio de Luanda, na África, onde seria possível estudarem negros africanos, pedido feito pela Companhia de Jesus e aprovado em 1684 pelo rei de Portugal (Marcussi, 2013). O clero pode ser avaliado como uma classe representativa de uma elite cultural, bastante letrada; encontrar, entre estes, negros forros e até mesmo escravizados indicia a diluição das fronteiras sociais que punham de um lado uma elite culta e de outro, o povo.

Os chamados terços de homens de cor, milícias de homens negros e mulatos, surgiram no país no século XVII e se disseminaram pelas capitanias ao longo do século XVIII.

Dentre os diversos documentos redigidos por oficiais dos terços guardados no Arquivo Histórico Ultramarino, encontra-se uma petição escrita pelo Capitão-mor do Terço de Henriques da Bahia Luís Tavares de Meneses, e assinada por outros sete oficiais do terço, em que se nota certa ascensão social que conquistavam os negros do exército, em detrimento do que viviam os negros africanos, sobretudo os da Costa da Mina, os quais, caso entrassem como soldados nos terços, não poderiam ascender a outros cargos, por serem considerados “indignos de subirem aos postos de sargento para cima”. Na petição citada, os oficiais Henriques solicitavam que fosse dada uma rigorosa punição a quem promovesse os soldados da nação da Costa da Mina às posições superiores, por serem estes considerados “de gênio revoltoso, e faltos totalmente de fé e verdade, e capitais inimigos de todas as pessoas brancas, crioulos e pretos da nação Angola” (Silva, 2012, p. 03-04).

Do já exposto, vislumbramos não apenas o alargamento dos papéis sociais exercidos pela população negra, mas ainda a notável inserção social dos mestiços, filhos de homens brancos ou de seus descendentes já mestiços, quer fossem filhos de mulheres indígenas ou mamelucas, quer fossem filhos de negras ou mulatas. A posição econômica e social, as profissões exercidas, os cargos políticos desempenhados, o nível de letramento desses indivíduos foram extremamente variáveis ao longo de nossa história.

Em termos de aquisição linguística, observamos, ao tratar da língua portuguesa falada em nosso passado colonial, que tal diversificação na estrutura social se coaduna mais com diversas gradações de normas linguísticas em uso do que com normas em polos apartados. Nesse âmbito, faz-se necessária a reflexão sobre o modelo de língua materna ao qual esses indivíduos tiveram acesso. Aqui, não há como desconsiderar o papel das mulheres na aquisição linguística, as quais não raro são silenciadas nos estudos históricos. Sobre essa relevante questão, trataremos a seguir.

4.2 Estrutura familiar e o papel das mulheres

Para além da questão da estratificação social, a configuração das famílias brasileiras guarda também íntima relação com a situação cultural e linguística no período colonial. No seio familiar, marido e mulher tinham papéis muito diferenciados. Enquanto os homens participavam de maneira mais ativa na sociedade, atuando na vida pública, exercendo cargos políticos, frequentando, quando jovens, os colégios, às mulheres cabia a reclusão do lar.

Araújo (2004, p.40) informa que se repetia “como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida:

para se batizar, para se casar e para ser enterrada”, e considera que a afirmação, embora exagerada, encontra respaldo em impressões como a do viajante Froger, de passagem por Salvador em 1696, que dizia que ali as mulheres eram de dar pena, jamais viam ninguém, saindo de suas casas apenas aos domingos, para ir à igreja. Também em Salvador, o arcebispo da cidade, em 1751, queixava-se de que os pais proibiam as moças até de assistir às devotas lições no Colégio das Mercês (Araújo, 2004).

Tal situação de reclusão era sempre mais acentuada entre as camadas mais altas da sociedade. Como afirma Figueiredo (2004), entre as camadas baixas da população, a divisão dos papéis obedecia mais às necessidades econômicas de cada família do que a um preconceito sexual na distribuição de tarefas, podendo-se considerar que “a transferência da chefia dos domicílios para a mulher nos núcleos familiares simples tornou a atuação feminina tão mais importante quanto mais íntima era a associação entre vida doméstica e trabalho produtivo” (p. 149). Assim sendo, nas camadas sociais menos privilegiadas, via-se uma divisão de papéis no domicílio, caracterizada por uma maior atuação feminina do que a prevista no casamento cristão, sendo o maior estímulo para a definição de papéis não mais o discurso teológico, que determinava a submissão feminina no casamento, e muito mais “as exigências de um cotidiano em que era vital a repartição de tarefas ou a transferência de papéis para a sobrevivência do grupo doméstico” (Figueiredo, 2004, p. 147-148).

Nas Visitações do Tribunal da Inquisição ao Brasil de finais do século XVI, as mulheres que iam prestar depoimento mencionavam, geralmente, a ocupação do marido, quando eram casadas ou viúvas, e a do pai, quando solteiras. Pouquíssimas declararam possuir um ofício, figurando essas geralmente entre as mulheres do povo e exercendo ofícios como o de vendeira, estalajadeira, padeira, parteira, costureira, tecedeira, criada. Notamos ainda, nos registros do Tribunal da Inquisição, uma sub-representação feminina, também indicativa da situação de reclusão feminina: de um total de 685 testemunhas que se apresentaram para depor nas capitânicas da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, 508 (74%) eram homens e 177 (26%), mulheres.

Nos séculos seguintes, tal realidade parecia se manter de maneira semelhante, também no Sudeste, como se vê no seguinte relato a respeito das atividades desempenhadas por mulheres em Minas Gerais, no século XVIII:

Em que lugar encontraríamos a mulher mineira? Começemos pela negação, que parece ter sido a característica central na vida dessas mulheres. Estiveram nas Minas excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas

de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social. Os papéis sexuais na colônia reproduziam o que se conhecia na metrópole. Tudo parecia confirmar isso. O exame da atuação feminina nos ofícios mecânicos é desalentador. Entre os ofícios que se multiplicam pelas Gerais, por multidões de ferreiros, latoeiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, ourives, pouco se vislumbra da presença feminina. Apareciam, sim, ocupadas na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens essas funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam no Brasil os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados. Algumas, através de uma prova prática, assistida por médicos e sangradores, promovida pelas câmaras municipais, receberam “cartas de exame”, uma espécie de diploma que as tornava aptas ao exercício legal da função de parteira.

Nos pesados trabalhos de extração mineral parecia confirmada a imagem legada pela pena do viajante Rugendas, *Lavagem de ouro, perto de Itacolomi*, em que mulheres em segundo plano aparecem carregando gamelas com pedras que seriam lavadas. Não havia impedimentos formais a seu trabalho na mineração, mas, diante de exigências de resistência e força física, restringiam-se à função de carregadoras de gamelas. [...] Tampouco seria aí o lugar em que as mulheres se destacavam: proprietários de minas de ouro no século XVIII possuíam muito mais escravos homens (Figueiredo, 2004, p. 120).

Figueiredo (2004, p. 120) ainda completa sua descrição sobre a atuação das mulheres na economia colonial informando sobre uma “participação respeitável de mulheres que, como roceiras em pequenas propriedades arrendadas, aparecem nas listagens de algumas freguesias que pagavam o dízimo à Coroa”, em que as mulheres representavam em torno de 10%, chegando até 23% do total de proprietários. Seria um número significativo de mulheres criando gado, aves, plantando gêneros alimentícios para abastecimento local, produzindo queijos, aguardente e pão, número que ainda teria crescido no século XIX, segundo os dados do censo de Vila Rica desse período, que registravam 51 mulheres para 27 homens entre roceiros, lavradores e hortelãos. A presença feminina teria sido ainda sempre destacada no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial, sendo o comércio ambulante uma ocupação marcadamente feminina (Figueiredo, 2004)

No que tange ao acesso negado às moças à escolarização e letramento, podemos observar relatos quinhentistas, como o de José de Anchieta ([1554-1594] 1933), em que as referências feitas aos alunos dos colégios jesuíticos eram sempre sobre “moços” ou “rapazes”, não havendo qualquer menção a garotas. Também nos depoimentos prestados

por mestres leigos na primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, estes se declaravam perante o Tribunal “mestres de ensinar **moços**” (*Quarto Livro das Denúncias*, fol. 88r; fol. 247r, grifo nosso). As referências a aulas oferecidas às moças são apenas de aulas de costura que tomavam em casas de senhoras como *Branca Dias*, cristã-nova residente na Vila de Olinda, citada nos livros da Inquisição por conservar hábitos judeus proibidos pela Inquisição.

Ainda vemos, nos dados do Tribunal da Inquisição do século XVI, que era extremamente baixo o percentual de mulheres capazes de assinar o próprio nome, dado que salta aos olhos sobretudo quando contrastado ao percentual masculino de assinantes: se, entre os homens, se encontram 92% de assinantes; entre as mulheres, o percentual de assinaturas cai para 12%. Além do índice extremamente baixo de assinantes entre as mulheres, vemos ainda que as assinaturas por elas executadas eram, não raro, mal executadas, apresentando grande dificuldade no traçado das letras e revelando, assim, que a sua habilidade na escrita provavelmente não passaria de assinar, e mal, o seu nome (Lobo; Sartori, 2020).

Dois séculos depois da situação retratada nos livros da Inquisição de finais do século XVI, em que se viam mulheres quase totalmente alheias às práticas da escrita e ao letramento, o francês Le Gentil de la Barbinais, em meados do século XVIII, em visita em uma noite de Natal às clarissas do Convento de Santa Clara do Desterro, um convento que abrigava mulheres da elite, em Salvador, afirmou que elas falavam como os escravos (Nascimento, 1994).

O enorme contraste entre os níveis de letramento de homens e mulheres no Brasil colonial impõe a seguinte e relevante indagação: Qual(is) seria(m) a(s) variante(s) linguística(s) do português utilizada(s) em uma família em que coabitavam, muitas vezes, um homem branco, mais ou menos letrado, uma mulher que, quer fosse branca, índia, mameluca ou mulata, era, na maioria das vezes, analfabeta ou semialfabetizada, e ainda os seus filhos, mais ou menos letrados, em contato com variantes distintas, ou até mesmo línguas diferentes?

A desigualdade das normas linguísticas utilizadas por homens e mulheres prolongou-se durante séculos na história do Brasil. No século XIX, vemos ainda claras diferenças no nível de letramento de homens e mulheres em cartas pessoais, como aquelas escritas por Christiano e Bárbara Ottoni aos seus netos. Christiano, professor e senador do Império e da República, demonstrava grande desenvoltura na escrita, com um uso de português culto e bastante formal, enquanto sua esposa, Bárbara, que era dona

de casa, escrevia cartas curtas e bastante simples, que fugiam à norma-padrão (Lopes, 2005). Também nas cartas de amor escritas por Carlos e Iracema, já do século XX, observamos diferenças na escrita, ainda que os dois tivessem o nível primário de escolarização. Carlos, que foi comerciante, pecuarista e político, redigia, ele próprio, seus discursos e outros documentos, e revelava maior domínio da prática de escrita, escrevendo com maior desenvoltura e eloquência e demonstrando ter alcançado um alto nível de letramento, enquanto Iracema, que se dedicou inteiramente ao lar, não exercendo uma profissão, escrevia bem, mas sem muita desenvoltura, demonstrando pouca prática de escrita (Sartori, 2010).

5. Considerações finais

A despeito do grande desenvolvimento atingido pela Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil nos últimos 35 anos, aprofundando o nosso conhecimento sobre a constituição histórica da língua que se tornou hegemônica – o português brasileiro –, estamos ainda dando os primeiros passos no que tange à história linguística dos três séculos de conquista e colonização da América Portuguesa, o que, indubitavelmente, pode resultar em pretensas sínteses generalizantes, que, em realidade, são, ainda, sínteses parciais.

Se é verdade, conforme afirma Petter (2017, p. 13), com base em Alencastro (2000), “que o Brasil se formou fora do Brasil, não como um prolongamento da Europa, mas como participante de um sistema de exploração colonial singular em ação no Atlântico Sul”, e que “As evidências da história permitem extrapolar para o terreno da língua a tese de Alencastro [e afirmar que] o PB também se formou no convívio com as línguas do Centro-Sul da África, sem negar, contudo, a matriz portuguesa, nem os contatos posteriores com línguas da África Ocidental”, é também igualmente verdade que “o Brasil se formou dentro do Brasil”, no litoral e no sertão.

Neste texto, apresentamos, inicialmente, argumentos a favor da caracterização sociolinguística do português brasileiro contemporâneo não como uma realidade polarizada, mas como um *continuum* de normas. Isto posto, os passos seguintes – iniciais e ainda claudicantes – foram no sentido de desvelar o encaixamento histórico desse *continuum* de normas. Para tal, elegemos um espaço – o Nordeste e, mais particularmente, o sertão da Bahia – e um tempo – o período colonial –, analisando aspectos das estruturas econômicas e sociais, bem como da estrutura familiar, e indagando sobre os seus prováveis correlatos linguísticos.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, M. R. C. de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 51-71, jul. 2001.
- ALMEIDA, M. R. C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ÁLVAREZ-LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. de. *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. John Benjamins, 2018.
- ANCHIETA, J. de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1933. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/441059>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 45-77.
- ARGOLO, W. 2015. *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, n. 19, p. 65-84, 1997.
- BESSA FREIRE, J. R. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, [1985] 2011.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Um modelo para a análise sociolinguística *do português do Brasil*. In: BAGNO, Marcos. *A linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, [1998] 2002. p. 333-346.
- CALDAS, J. A. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. Editado por Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni e Perla Peñailillo. 2. ed. Salvador: Memória e Arte; EDUFBA, [1759] 2017.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II acerca do recrutamento de catequistas entre os negros forros da Bahia para doutrinar os negros da Costa da Mina. Lisboa, 23 de fevereiro de 1701. AHU-Baía, cx. 3, doc. 112 / AHU_ACL_CU_005, Cx. 3, D. 314.

DIAS, P. *Arte da lingua de Angola*, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe & Senhora dos mesmos Pretos. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 141-188.

FLEXOR, M. H. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.

FLORENTINO, M. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. *História*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 106-145, jul./dez. 2012.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; FARIA, S. de C. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 3. ed. São Paulo: Editora Atual, 1998.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [1933] 2002.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1958], 2007.

GALVES, C.; LOBO, T. *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019.

GUY, G. R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989. p. 227-245.

HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. t. 1, v. 1 e v. 2.

HOUAISS, A. *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, [1985] 1992.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LIVRO das Denúncias da Bahia que se fizerão na Visitação do Santo Officio à Cidade Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618. Introdução de Rodolfo Garcia. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, v. XLIX, 1936.

LOBO, T.; MACHADO FILHO, A. V. L.; MATTOS E SILVA, R. V. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Coleção *Para a história do português brasileiro*, v. 6. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 609-630.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2009

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, A. T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres *et al.* *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes/FAPESP, 2007. p. 437-460.

LOBO, T.; SARTORI, A. Aos olhos do Santo Ofício: difusão social da escrita nas capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos. In: CALLOU, D.; LOBO, T. *História social do português brasileiro: da história social à história linguística*. Coleção *História do português brasileiro*, v. 9, Coordenação Geral de Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2020. p.182-227.

LOBO, T.; SARTORI, A.; MOTA, R. S. O aporte das fontes inquisitoriais para uma história da difusão social da leitura e da escrita no Brasil. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, n. 58, p. 277-298, 2016.

LOBO, T., SARTORI, A.; SOUZA, P. D. dos S. O sequestro da História? Discurso oficial e práticas de ensino sobre a história linguística do Brasil e a historicidade do português brasileiro. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 7, número especial, p. 282-310, 2021.

LOPES, C. R. dos S. *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D. O conceito de 'transmissão linguística irregular' e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contacto linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28, 1994.

MARCUSSI, A. A. O dever catequético: a evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII. *Revista 7 Mares*, Niterói, n. 2, p. 64-79, 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história). *Discursos*, n. 3, 75-92, 1993.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. Coleção *Para a história do português brasileiro*, v. 3. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 443-464.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 25/26, 2000a, p. 251-283.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 11-27, 2000b.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONTEIRO, J. M. 2001. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Tese (Livre Docência em Etnologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, número especial, p. 437-454, 1993.

NARO, A.; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, A. A. V. N. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

OLIVEIRA, K. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAGOTTO, E. Ebulição e sedentarização linguística: o lugar da economia de subsistência na formação do português brasileiro. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, número especial, p. 53-63, 2018.

PETTER, M. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro do português. *Papia: Revista brasileira de estudos crioulos e similares*, Brasília, n. 25, p. 305-317, 2015.

PETTER, M. As línguas africanas no Brasil: o papel do quimbundo na formação do português brasileiro. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAÚJO, S. S. de F. *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 21-48.

PETTER, M. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 359-380.

PETTER, M. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. do R. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p. 151-173.

PETTER, M.; CUNHA, A. S. As línguas africanas no Brasil. In: PETTER, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 221-250.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, [1946], 2011.

PRIMEIRA visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco 1593-1595. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

PRIMEIRA visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia 1591-92. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1922.

PRIMEIRA visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias da Bahia 1591-93. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.

PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: Confissões de Pernambuco 1594-1595. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Ed. José Antônio Gonçalves de Melo, 1970.

PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Recife: FUNDARPE, 1984.

QUARTO Livro das Denúncias da Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial Comissão de Sua Alteza (1593-1595). In: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, mf. 3077. Cópia microfilmada. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt>. Acesso em: 30 maio 2011.

RODRIGUES, A. D. As línguas gerais sul-americanas. *Papia: Revista brasileira de estudos crioulos e similares*, São Paulo, v. 4, 2, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2014.

SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARTORI, A. *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SARTORI, A. *Pela pena do Santo Ofício: difusão social da escrita nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SEGUNDA Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira: Livro das Confissões e Ratificações da Bahia, 1618-1620. Introdução de Eduardo de Oliveira França e Sônia Siqueira. *Anais do Museu Paulista*, t. XVII, 1963.

SILVA, L. G. Sobre a ‘etnia crioula’: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P.; GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C. M. das G. *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71-96.

SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/Instituto Nacional do Livro, [1950] 1986.

SIQUEIRA, S. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

VIEIRA, A. Voto do padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios. In: VIEIRA, A. *Vozes saudosas, da eloquência, do zelo, e eminente sabedoria...* Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1736. p. 141-166.

ZOREK, B. de M. *Modelos explicativos da economia colonial brasileira: um problema historiográfico*. 31º Simpósio Nacional de História, 2021, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627586532_ARQUIVO_b26ed4f4b36d3ac178feb89590ddc317.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

